ReGeo ISSN: 2177-3246

PSICOLOGIA AMAZÔNICA TERRITORIAL: FUNDAMENTOS EPISTEMOLÓGICOS PARA UMA PSICOLOGIA SITUADA NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

TERRITORIAL AMAZONIAN PSYCHOLOGY: EPISTEMOLOGICAL FOUNDATIONS FOR A PSYCHOLOGY SITUATED IN THE BRAZILIAN AMAZON

PSICOLOGÍA AMAZÓNICA TERRITORIAL: FUNDAMENTOS EPISTEMOLÓGICOS PARA UNA PSICOLOGÍA CONTEXTUALMENTE SITUADA EN LA AMAZONIA BRASILEÑA

https://doi.org/10.56238/revgeov17n7-101

Data de submissão: 02/06/2026 **Data de publicação:** 17/07/2026

Cláudio Afonso Soares
Doutor em Psicologia Educacional
Instituição: Faculdade Anhanguera de Macapá
E-mail: afonsoclaudiosoares@gmail.com

Teresa Cristina Martins Kobayashi
Mestre em Letras: Linguagem, Cultura e Discurso
Instituição: Faculdade Anhanguera de Macapá
E-mail: ktersacristina@gmail.com

Priscila dos Santos Pereira Cardoso
Doutoranda em Psicologia
Instituição: Faculdade Anhanguera de Macapá
E-mail: priscilapereira96@hotmail.com

Marciene Lobato Costa
Mestre em Terapia Intensiva
Instituição: Faculdade Anhanguera de Macapá
E-mail: marciene.costa@kroton.com.br

RESUMO

Este estudo propõe os fundamentos epistemológicos da Psicologia Amazônica Territorial como uma perspectiva teórico-prática situada para compreender as subjetividades, as experiências de sofrimento psíquico e as formas coletivas de cuidado produzidas nas territorialidades amazônicas. Trata-se de um ensaio teórico-epistemológico, de abordagem qualitativa, fundamentado em uma revisão bibliográfica crítica e interdisciplinar que articula contribuições da Psicologia Comunitária Latino-Americana, da Saúde Mental Coletiva, das Epistemologias do Sul e dos estudos decoloniais. A análise parte de uma crítica à universalização dos modelos psicológicos eurocêntricos e urbano-cêntricos, historicamente desvinculados das especificidades territoriais, raciais, culturais e comunitárias da Amazônia brasileira. Argumenta-se que a colonialidade do saber contribuiu para a invisibilização epistemológica das experiências amazônicas e para a marginalização das práticas comunitárias e ancestrais de cuidado historicamente desenvolvidas por populações negras, quilombolas, indígenas, ribeirinhas e periféricas da região. Nesse contexto, a Psicologia Amazônica Territorial propõe compreender a Amazônia não apenas como um espaço geográfico ou campo empírico de investigação, mas como um território produtor de subjetividades, saberes e categorias analíticas capazes de interpretar a experiência humana. O estudo discute as relações entre território, colonialidade, subjetividade e sofrimento psíquico, propondo o conceito de territorialização do sofrimento psíquico como categoria central para

compreender as desigualdades psicossociais presentes na Amazônia brasileira. Além disso, reconhece as práticas culturais afro-amazônicas, os saberes ancestrais e as tecnologias coletivas de cuidado como estratégias fundamentais de fortalecimento subjetivo, resistência cultural e produção de saúde mental coletiva. Conclui-se que a Psicologia Amazônica Territorial constitui uma possibilidade epistemológica crítica e situada, comprometida com a valorização das territorialidades amazônicas, das ancestralidades negras e tradicionais e das práticas coletivas de cuidado historicamente invisibilizadas pelos paradigmas hegemônicos da ciência moderna. A proposta amplia os horizontes teóricos da Psicologia brasileira ao afirmar a Amazônia como território legítimo de produção do conhecimento psicológico. Diferentemente das abordagens tradicionais da Psicologia Comunitária Latino-Americana, a Psicologia Amazônica Territorial concebe a Amazônia não apenas como cenário de intervenção psicossocial, mas como um território epistemológico capaz de produzir suas próprias categorias analíticas para compreender a subjetividade, o sofrimento psíquico e as formas coletivas de cuidado. Ao posicionar as territorialidades amazônicas como dimensões constitutivas da experiência psicossocial — e não apenas como variáveis contextuais —, essa perspectiva amplia os referenciais comunitários existentes e propõe uma abordagem situada, fundamentada na ancestralidade, no território, na memória coletiva e nas realidades socioambientais da Amazônia.

Palavras-chave: Psicologia Amazônica Territorial. Subjetividade Amazônica. Territorialização do Sofrimento Psíquico. Saúde Mental Coletiva. Epistemologias do Sul.

ABSTRACT

This study proposes the epistemological foundations of Territorial Amazonian Psychology as a situated theoretical-practical perspective for understanding subjectivities, experiences of psychological suffering, and collective forms of care produced in Amazonian territorialities. This is a theoretical-epistemological essay, with a qualitative approach, based on a critical and interdisciplinary bibliographic review that articulates contributions from Latin American Community Psychology, Collective Mental Health, Epistemologies of the South, and decolonial studies. The analysis begins with a critique of the universalization of Eurocentric and urban-centric psychological models, historically disconnected from the territorial, racial, cultural, and communal specificities of the Brazilian Amazon. It is argued that the coloniality of knowledge contributed to the epistemological invisibilization of Amazonian experiences and to the marginalization of communal and ancestral care practices historically developed by Black, quilombola, Indigenous, riverside, and peripheral populations in the region. In this context, Territorial Amazonian Psychology proposes to understand the Amazon not merely as a geographic space or empirical field of investigation, but as a territory that produces subjectivities, knowledge, and analytical categories capable of interpreting human experience. The study discusses the relationships between territory, coloniality, subjectivity, and psychological suffering, proposing the concept of territorialization of psychological suffering as a central category for understanding psychosocial inequalities in the Brazilian Amazon. Furthermore, it recognizes Afro-Amazonian cultural practices, ancestral knowledge, and collective care technologies as fundamental strategies for subjective strengthening, cultural resistance, and collective mental health production. It concludes that Territorial Amazonian Psychology constitutes a critical and situated epistemological possibility, committed to valorizing Amazonian territorialities, Black and traditional ancestries, and collective care practices historically invisibilized by hegemonic paradigms of modern science. The proposal broadens the theoretical horizons of Brazilian Psychology by affirming the Amazon as a legitimate territory for psychological knowledge production. Unlike traditional approaches in Latin American Community Psychology, Territorial Amazonian Psychology conceives the Amazon not only as a scenario for psychosocial intervention, but as an epistemological territory capable of producing its own analytical categories for understanding subjectivity, psychological suffering, and collective forms of care. By positioning Amazonian territorialities as constitutive dimensions of psychosocial experience—not merely as contextual variables—this perspective expands

existing communal referentials and proposes a situated approach, grounded in ancestrality, territory, collective memory, and socioenvironmental realities of the Amazon.

Keywords: Territorial Amazonian Psychology. Amazonian Subjectivity. Territorialization of Psychological Suffering. Collective Mental Health. Epistemologies of the South.

RESUMEN

Este estudio propone los fundamentos epistemológicos de la Psicología Amazónica Territorial como una perspectiva teórico-práctica contextualmente situada para comprender las subjetividades, las experiencias de sufrimiento psicológico y las formas colectivas de cuidado producidas en las territorialidades amazónicas. Se trata de un ensayo teórico-epistemológico, con enfoque cualitativo, fundamentado en una revisión bibliográfica crítica e interdisciplinaria que articula contribuciones de la Psicología Comunitaria Latinoamericana, la Salud Mental Colectiva, las Epistemologías del Sur y los estudios decoloniales. El análisis parte de una crítica a la universalización de los modelos psicológicos eurocéntricos y urbano-céntricos, históricamente desvinculados de las especificidades territoriales, raciales, culturales y comunitarias de la Amazonia brasileña. Se argumenta que la colonialidad del saber contribuyó a la invisibilización epistemológica de las experiencias amazónicas y a la marginalización de las prácticas comunitarias y ancestrales de cuidado históricamente desarrolladas por poblaciones negras, quilombolas, indígenas, ribereñas y periféricas de la región. En este contexto, la Psicología Amazónica Territorial propone comprender la Amazonia no solo como un espacio geográfico o campo empírico de investigación, sino como un territorio productor de subjetividades, saberes y categorías analíticas capaces de interpretar la experiencia humana. El estudio discute las relaciones entre territorio, colonialidad, subjetividad y sufrimiento psicológico, proponiendo el concepto de territorialización del sufrimiento psicológico como categoría central para comprender las desigualdades psicosociales presentes en la Amazonia brasileña. Además, reconoce las prácticas culturales afro-amazónicas, los saberes ancestrales y las tecnologías colectivas de cuidado como estrategias fundamentales de fortalecimiento subjetivo, resistencia cultural y producción de salud mental colectiva. Se concluye que la Psicología Amazónica Territorial constituye una posibilidad epistemológica crítica y contextualmente situada, comprometida con la valorización de las territorialidades amazónicas, de las ancestralidades negras y tradicionales y de las prácticas colectivas de cuidado históricamente invisibilizadas por los paradigmas hegemónicos de la ciencia moderna. La propuesta amplía los horizontes teóricos de la Psicología brasileña al afirmar la Amazonia como territorio legítimo de producción del conocimiento psicológico. A diferencia de los enfoques tradicionales de la Psicología Comunitaria Latinoamericana, la Psicología Amazónica Territorial concibe la Amazonia no solo como escenario de intervención psicosocial, sino como un territorio epistemológico capaz de producir sus propias categorías analíticas para comprender la subjetividad, el sufrimiento psicológico y las formas colectivas de cuidado. Al posicionar las territorialidades amazónicas como dimensiones constitutivas de la experiencia psicosocial—y no solo como variables contextuales—, esta perspectiva amplía los referentes comunitarios existentes y propone un enfoque contextualmente situado, fundamentado en la ancestralidad, el territorio, la memoria colectiva y las realidades socioambientales de la Amazonia.

Palabras clave: Psicología Amazónica Territorial. Subjetividad Amazónica. Territorialización del Sufrimiento Psicológico. Salud Mental Colectiva. Epistemologías del Sur.

1 INTRODUÇÃO

O desenvolvimento histórico da Psicologia como ciência ocorreu predominantemente sob a influência de referenciais epistemológicos eurocêntricos, universalizantes e centrados em contextos urbanos. Esses referenciais foram originalmente produzidos em realidades socioculturais específicas da Europa e, posteriormente, difundidos como modelos universais para a compreensão da subjetividade humana. Na América Latina e, particularmente, no Brasil, essa herança contribuiu para a consolidação de práticas psicológicas frequentemente dissociadas das especificidades históricas, territoriais, raciais e culturais que configuram as experiências sociais das diferentes populações. Embora a Psicologia brasileira tenha incorporado, nas últimas décadas, perspectivas sociais, comunitárias e políticas, ainda permanecem insuficientes os referenciais teóricos capazes de compreender a Amazônia como um território produtor de subjetividades, experiências psicossociais e formas coletivas de cuidado.

Historicamente, a Amazônia foi interpretada por narrativas externas que a posicionaram ora como um espaço exótico, ora como uma fronteira econômica, ambiental e civilizatória. Essas interpretações contribuíram para um contínuo processo de invisibilização epistemológica das experiências amazônicas, especialmente das vividas por populações negras, quilombolas, indígenas, ribeirinhas e periféricas. Seus modos de vida, formas comunitárias de organização e práticas ancestrais de cuidado foram frequentemente marginalizados pela racionalidade da ciência moderna ocidental. Nesse contexto, o conceito de colonialidade do poder, formulado por Quijano (2005), torna-se particularmente relevante ao explicar como as estruturas coloniais continuam produzindo hierarquias do conhecimento e deslegitimando epistemologias construídas fora dos centros hegemônicos de poder

Santos (2010) argumenta que a modernidade ocidental estabeleceu uma **”linha abissal**,” separando os conhecimentos considerados cientificamente legítimos daqueles classificados como inexistentes ou inferiores. Na Amazônia brasileira, essa dinâmica manifesta-se na fragilidade da produção teórica situada, na reduzida visibilidade acadêmica das experiências amazônicas e na recorrente aplicação de modelos psicológicos desenvolvidos em realidades socioculturais profundamente distintas das territorialidades amazônicas. Como consequência, o sofrimento psíquico vivenciado pelas populações da região é frequentemente interpretado por meio de referenciais descontextualizados e individualizantes, que desconsideram as dimensões territoriais, raciais, históricas e coletivas implicadas na constituição da subjetividade.

Essa problemática torna-se ainda mais evidente quando se consideram as múltiplas formas de desigualdade presentes na Amazônia brasileira. O racismo estrutural, a precariedade das políticas públicas, a invisibilidade territorial, a violência social, o acesso desigual aos serviços de saúde mental e

a permanência de heranças coloniais estão diretamente associados às experiências de sofrimento psíquico na região. Fanon (2008) demonstrou que o colonialismo opera não apenas por meio da dominação econômica e política, mas também por intermédio da constituição subjetiva dos sujeitos racializados, produzindo profundas consequências psicossociais relacionadas aos processos de inferiorização, exclusão e negação do pertencimento. Na Amazônia, tais processos assumem configurações próprias, moldadas pelas especificidades das territorialidades amazônicas e pelas experiências históricas de marginalização social e epistemológica.

Costa (2020) destaca que a Amazônia constitui um território marcado por intensa produção cultural, comunitária e simbólica, no qual os modos de vida tradicionais articulam território, memória, identidade e formas coletivas de cuidado. Ao mesmo tempo, a Amazônia constitui um território de intensa produção cultural, coletiva e ancestral. Práticas como o Marabaixo, as benzedeiras, as ladainhas, os rituais comunitários, a tradição oral e os diversos sistemas de conhecimentos tradicionais representam não apenas expressões culturais, mas também formas historicamente construídas de elaboração coletiva do sofrimento, fortalecimento identitário e cuidado psicossocial. Essas experiências desafiam os limites das abordagens psicológicas centradas exclusivamente em modelos individualizantes e racionalidades biomédicas, exigindo perspectivas capazes de reconhecer o território, a ancestralidade e a coletividade como dimensões constitutivas da experiência subjetiva amazônica.

É nesse contexto que Soares (2026) propõe a Psicologia Amazônica Territorial como uma nova perspectiva epistemológica da Psicologia brasileira. Mais do que um campo temático ou regional da Psicologia, ela constitui uma perspectiva teórico-prática situada, comprometida com a compreensão dos processos subjetivos, das experiências de sofrimento psíquico e das formas coletivas de cuidado produzidas nas territorialidades amazônicas. A proposta compreende a Amazônia não apenas como um espaço geográfico ou um campo empírico de investigação, mas como um território epistemológico legítimo, capaz de produzir categorias analíticas próprias para interpretar a experiência humana vivida na região. Ao reconhecer as territorialidades amazônicas como dimensões constitutivas da subjetividade, do sofrimento psíquico e das práticas de cuidado, Soares (2026) propõe um deslocamento epistemológico em relação aos modelos psicológicos universalizantes, afirmando a Amazônia como espaço legítimo de produção de conhecimento psicológico.

Diferentemente das abordagens que apenas aplicam modelos psicológicos tradicionais às realidades amazônicas, a Psicologia Amazônica Territorial busca produzir Psicologia a partir da Amazônia. Reconhece que as formas de existir, sofrer, resistir e cuidar são constituídas por dimensões históricas, culturais, raciais, ambientais e coletivas específicas da região. Nessa perspectiva, o território

deixa de funcionar apenas como pano de fundo da experiência humana e passa a ser compreendido como elemento ativo na constituição das subjetividades, das relações sociais e das práticas de cuidado.

A Psicologia Amazônica Territorial dialoga com as contribuições da Psicologia Comunitária Latino-Americana, da Saúde Mental Coletiva, das Epistemologias do Sul e dos estudos sobre colonialidade e relações raciais. Entretanto, seu propósito não é apenas articular referenciais teóricos já existentes, mas construir uma perspectiva epistemológica situada que afirme a Amazônia como um território legítimo de produção do conhecimento psicológico. Nesse sentido, a proposta busca tensionar os limites universalizantes da Psicologia hegemônica e ampliar o campo psicológico a partir das experiências produzidas nos territórios amazônicos.

Com o objetivo de explicitar a originalidade da Psicologia Amazônica Territorial, a Tabela 1 apresenta uma síntese comparativa das principais distinções entre essa proposta e os referenciais teóricos que influenciaram sua construção. Embora dialogue com a Psicologia Comunitária, a Psicologia da Libertação, a Saúde Mental Coletiva e as Epistemologias do Sul, a proposta avança ao posicionar as territorialidades amazônicas como dimensões constitutivas da subjetividade e como fontes legítimas de produção do conhecimento psicológico.

Tabela 1. Distinções comparativas entre a Psicologia Amazônica Territorial e referenciais teóricos correlatos

Referencial teórico	Principal foco analítico	Principal contribuição	Limitações para a realidade amazônica
Psicologia Comunitária Latino-Americana	Participação comunitária, empoderamento e transformação social	Fortalece a ação coletiva e o protagonismo comunitário	O território é tratado, em geral, como contexto de intervenção, e não como dimensão constitutiva da subjetividade.
Psicologia da Libertação	Opressão, injustiça social e emancipação	Promove a consciência crítica e a transformação social	Apresenta limitada ênfase nas territorialidades e nas especificidades socioambientais amazônicas.
Saúde Mental Coletiva	Determinantes sociais do sofrimento e cuidado psicossocial	Amplia a compreensão da saúde mental para além do modelo biomédico	Não teoriza especificamente as territorialidades amazônicas como produtoras de subjetividade.
Epistemologias do Sul	Ecologia de saberes e justiça epistemológica	Questiona as hierarquias do conhecimento e valoriza saberes marginalizados	Não aborda diretamente os processos psicológicos e a constituição da subjetividade.
Psicologia Amazônica Territorial	Territorialidades amazônicas como produtoras de subjetividade	Introduz os conceitos de territorialização do sofrimento psíquico, tecnologias ancestrais de cuidado e produção epistemológica amazônica	Trata-se de um referencial emergente que ainda demanda maior desenvolvimento empírico.

Fonte: Elaborado pelos autores, 2026

Como evidenciado na Tabela 1, a Psicologia Amazônica Territorial não rejeita as contribuições dos referenciais teóricos que a antecedem. Ao contrário, busca integrá-los e ampliá-los ao propor que o território não seja compreendido apenas como pano de fundo da experiência humana, mas como um

elemento ativo na produção de subjetividades, formas de sofrimento, estratégias de resistência e práticas coletivas de cuidado. Essa distinção constitui uma das principais inovações conceituais do presente estudo e reforça a necessidade de uma perspectiva psicológica situada, capaz de interpretar as especificidades históricas, raciais, culturais e socioambientais da Amazônia brasileira.

Dessa forma, este estudo tem como objetivo propor os fundamentos epistemológicos da Psicologia Amazônica Territorial como uma perspectiva teórico-prática situada para a compreensão dos processos subjetivos, das experiências de sofrimento psíquico e das formas coletivas de cuidado produzidas na Amazônia brasileira. Especificamente, busca-se:

a) discutir os limites universalizantes da Psicologia tradicional na compreensão das experiências amazônicas;
b) analisar as relações entre território, colonialidade e subjetividade;
c) compreender as práticas culturais afro-amazônicas como tecnologias coletivas de cuidado; e
d) apresentar os fundamentos teóricos da Psicologia Amazônica Territorial como uma possibilidade de construção de uma Psicologia produzida a partir da Amazônia.

2 METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como um ensaio teórico-epistemológico, fundamentado em uma abordagem qualitativa e desenvolvido a partir da análise crítica e interdisciplinar de referenciais teóricos relacionados à Psicologia, territorialidade, colonialidade, saúde mental coletiva, relações raciais e Epistemologias do Sul. O ensaio teórico constitui uma modalidade de produção científica voltada à construção reflexiva de conceitos, categorias analíticas e interpretações críticas acerca de determinado fenômeno, permitindo o questionamento de paradigmas consolidados e a formulação de novas perspectivas epistemológicas no campo científico (Demo, 2000; Meneghetti, 2011).

A escolha desse delineamento metodológico justifica-se pela natureza da proposta desenvolvida neste estudo, cujo objetivo consiste em construir os fundamentos epistemológicos da Psicologia Amazônica Territorial como uma perspectiva teórico-prática situada para compreender as subjetividades, as experiências de sofrimento psíquico e as formas coletivas de cuidado produzidas nas territorialidades amazônicas. Nesse sentido, a investigação não se orienta para a produção de evidências empíricas quantitativas nem para o teste de hipóteses experimentais. Ao contrário, fundamenta-se na articulação crítica de referenciais teóricos capazes de sustentar a construção conceitual da perspectiva proposta.

A investigação foi desenvolvida por meio de uma revisão bibliográfica narrativa e interpretativa, envolvendo autores nacionais e internacionais das áreas de Psicologia Comunitária

Latino-Americana, Saúde Mental Coletiva, estudos decoloniais, relações raciais, estudos sobre territorialidade e epistemologias críticas. Entre os principais referenciais mobilizados destacam-se Fanon (1968, 2008), Quijano (2005), Mbembe (2018), Boaventura de Sousa Santos (2000, 2010), Milton Santos (2006, 2019), Haesbaert (2016), Martín-Baró (2017), Montero (2004), Lélia Gonzalez (2020), Antônio Bispo dos Santos (2015, 2023) e Amarante (2007). Esses autores oferecem sustentação teórica para a análise das relações entre território, colonialidade, subjetividade e práticas coletivas de cuidado.

A revisão bibliográfica foi realizada mediante consultas às *bases Scopus, Web of Science, SciELO e Google Scholar*, priorizando livros, artigos científicos revisados por pares e ensaios teóricos publicados entre 2000 e 2025. As buscas concentraram-se em publicações relacionadas aos temas colonialidade, territorialidade, Psicologia Comunitária Latino-Americana, Saúde Mental Coletiva, relações raciais, estudos decoloniais, Epistemologias do Sul e estudos amazônicos. A inclusão das referências foi orientada por sua relevância teórica para a construção do referencial epistemológico proposto e por sua contribuição para a compreensão das relações entre território, subjetividade, sofrimento psíquico, ancestralidade e formas coletivas de cuidado nos contextos amazônicos.

A seleção dos referenciais teóricos e dos autores fundamentou-se na relevância de suas contribuições para as dimensões analíticas centrais do modelo epistemológico proposto: colonialidade, território, subjetividade, saúde mental coletiva e produção situada do conhecimento. Fanon (1968, 2008) foi selecionado por suas contribuições para a compreensão dos efeitos psicossociais do colonialismo, do racismo e dos processos de alienação subjetiva. Quijano (2005) foi incorporado em virtude de seu papel central na formulação do conceito de colonialidade e de suas implicações para a hierarquização do conhecimento e das relações sociais na América Latina. Boaventura de Sousa Santos (2000, 2010) foi escolhido por desenvolver a perspectiva das Epistemologias do Sul e por sua crítica à exclusão epistemológica, oferecendo importantes instrumentos analíticos para reconhecer as experiências amazônicas como fontes legítimas de produção de conhecimento. Esses referenciais foram selecionados não por constituírem uma síntese exaustiva do pensamento crítico sobre a Amazônia, mas por fornecerem fundamentos teóricos diretamente relacionados à construção das categorias analíticas que sustentam a proposta da Psicologia Amazônica Territorial. O percurso analítico foi estruturado a partir de cinco eixos centrais de análise, que orientaram a construção da proposta epistemológica apresentada neste estudo:

a) a colonialidade e a invisibilização epistemológica da Amazônia;

b) o território e a produção das subjetividades amazônicas;

c) a saúde mental coletiva e a territorialização do sofrimento psíquico;

d) os saberes ancestrais e as tecnologias afro-amazônicas de cuidado; e
e) os fundamentos epistemológicos da Psicologia Amazônica Territorial.

Esses eixos foram articulados de maneira interdisciplinar, integrando contribuições da Psicologia, Saúde Coletiva, Sociologia, Filosofia, Educação e dos estudos decoloniais, com o propósito de construir uma proposta teórica capaz de compreender a complexidade das experiências subjetivas produzidas nas territorialidades amazônicas. Essa articulação permitiu estabelecer um diálogo entre diferentes campos do conhecimento, reconhecendo que os fenômenos psicológicos não podem ser compreendidos de forma dissociada das condições históricas, sociais, culturais e políticas em que são produzidos.

A perspectiva metodológica adotada neste estudo parte do reconhecimento de que o conhecimento científico não é produzido de forma neutra nem descontextualizada, mas é atravessado por condições históricas, territoriais, culturais e políticas (Quijano, 2005; Santos, 2010). Sob essa perspectiva, assume-se que as experiências amazônicas possuem potencial epistemológico próprio e são capazes de contribuir para a ampliação crítica das formas tradicionais de compreender a subjetividade no campo da Psicologia (Martín-Baró, 2017; Montero, 2004; Santos, 2010).

Além disso, este ensaio adota o posicionamento epistemológico de que a Amazônia brasileira não deve ser compreendida apenas como um campo empírico de investigação, mas como um território capaz de produzir conhecimentos, experiências e categorias analíticas legítimas. Consequentemente, a Psicologia Amazônica Territorial é desenvolvida a partir de uma perspectiva crítica e situada, comprometida com a valorização das territorialidades amazônicas, das ancestralidades negras e tradicionais e das experiências coletivas de cuidado historicamente invisibilizadas pelos paradigmas hegemônicos da ciência moderna (Soares, 2026).

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1 COLONIALIDADE E A INVISIBILIZAÇÃO DA AMAZÔNIA NA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO PSICOLÓGICO

A constituição histórica da Psicologia como campo científico ocorreu predominantemente sob forte influência eurocêntrica, marcada pela universalização de modelos teóricos produzidos em contextos socioculturais urbanos e industrializados, bastante distintos das realidades latino-americanas e amazônicas (Figueiredo, 1991; Quijano, 2005; Dimenstein, 2000). No Brasil, esse processo contribuiu para a consolidação de uma Psicologia frequentemente orientada por perspectivas individualizantes e universalizantes, com reduzida sensibilidade às especificidades territoriais, raciais,

culturais e históricas que conformam a diversidade dos contextos sociais brasileiros (Dimenstein, 2000; Martín-Baró, 2017).

Nesse cenário, a Amazônia foi historicamente posicionada muito mais como um objeto exótico de observação do que como um território capaz de produzir conhecimentos legítimos. Essa dinâmica relaciona-se diretamente ao conceito de colonialidade do poder, formulado por Quijano (2005), que evidencia a permanência das estruturas coloniais de hierarquização do conhecimento mesmo após o fim formal do colonialismo. A colonialidade produz não apenas desigualdades econômicas e políticas, mas também mecanismos de invisibilização epistemológica que marginalizam os saberes produzidos fora dos grandes centros hegemônicos.

Santos (2010) sustenta que a produção científica moderna consolidou uma ordem epistemológica que privilegia determinados sistemas de conhecimento em detrimento de outros, produzindo assimetrias persistentes na legitimação dos saberes. No contexto amazônico, essa dinâmica contribuiu para que experiências produzidas por povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos e populações negras fossem historicamente marginalizadas no campo científico. Como resultado, formas locais de interpretar a subjetividade, elaborar o sofrimento e organizar práticas coletivas de cuidado permaneceram à margem da Psicologia, reforçando a necessidade de perspectivas epistemológicas comprometidas com a valorização das territorialidades amazônicas.

Fanon (2008) aprofunda essa discussão ao demonstrar que os efeitos do colonialismo ultrapassam as dimensões políticas e econômicas, incidindo profundamente sobre os processos subjetivos e sobre a constituição psíquica dos sujeitos racializados. Na Amazônia, os impactos da colonialidade manifestam-se por meio de experiências históricas de exclusão social, racismo estrutural, precarização territorial e negação do pertencimento, moldando diretamente as formas pelas quais as populações amazônicas sofrem, existem, resistem e constroem suas identidades.

A Psicologia Amazônica Territorial emerge precisamente como resposta crítica a esse processo de invisibilização epistemológica. Sua proposta consiste em compreender a Amazônia não apenas como um espaço geográfico, mas como um território produtor de subjetividades, experiências coletivas e formas próprias de cuidado psicossocial. Trata-se, portanto, de um deslocamento epistemológico que busca produzir uma Psicologia desde a Amazônia, e não simplesmente sobre a Amazônia (Soares, 2026).

Um exemplo contemporâneo dessa invisibilização epistemológica pode ser observado na própria formação dos psicólogos no Brasil. Os currículos dos cursos de graduação continuam organizados predominantemente em torno de referenciais teóricos desenvolvidos em contextos europeus e norte-americanos, reproduzindo a hegemonia de modelos universalizantes na formação

profissional **(**(Yamamoto, 2000; Dimenstein, 2000; CFP, 2019). Em consequência, as territorialidades amazônicas, as experiências indígenas e quilombolas, as práticas culturais afro-amazônicas e os impactos psicossociais das desigualdades territoriais ainda ocupam espaço reduzido na formação acadêmica e na produção científica em Psicologia (Conselho Federal de Psicologia, 2019; Guzzo & Lacerda Júnior, 2015). Como resultado, muitos profissionais ingressam na prática psicológica sem referenciais teóricos e metodológicos suficientes para compreender como o território, a ancestralidade, o racismo estrutural e as condições socioambientais participam da constituição da experiência subjetiva na Amazônia (Martín-Baró, 2017; Dimenstein, 2000). Essa tendência favorece a reprodução de interpretações clínicas descontextualizadas, centradas em explicações individualizantes do sofrimento psíquico e pouco sensíveis às condições territoriais, históricas e culturais que produzem vulnerabilidades psicossociais. É justamente diante dessa lacuna que a Psicologia Amazônica Territorial propõe categorias analíticas capazes de compreender as realidades amazônicas como dimensões constitutivas dos fenômenos psicológicos, e não como simples variáveis contextuais.

3.2 TERRITÓRIO E A PRODUÇÃO DAS SUBJETIVIDADES NA AMAZÔNIA

O conceito de território ocupa posição central na construção da Psicologia Amazônica Territorial. Inspirada nas contribuições de Santos (2006), Haesbaert (2016) e, especialmente, de Bispo dos Santos (2015, 2023), esta proposta compreende o território como uma experiência histórica, cultural e ancestral que organiza modos de existir, produzir conhecimento, estabelecer vínculos comunitários e construir formas de cuidado. Diferentemente das perspectivas que reduzem o território a uma delimitação espacial ou geográfica, a Psicologia Amazônica Territorial o reconhece como uma dimensão viva da experiência humana, atravessada por relações de pertencimento, memória, identidade, violência, resistência e produção de subjetividades.

Milton Santos (2006) conceitua o território como um espaço socialmente produzido, constituído pelas relações humanas, pelos fluxos econômicos, pelas dinâmicas políticas e pelas formas de vida que nele se organizam. Nessa perspectiva, o território não representa apenas o cenário da existência, mas participa ativamente da constituição das subjetividades individuais e coletivas.

Haesbaert (2016) amplia essa compreensão por meio do conceito de multiterritorialidade, destacando que os sujeitos experienciam simultaneamente múltiplas formas de pertencimento territorial, cultural e simbólico. Na Amazônia, essas territorialidades são configuradas por experiências marcadas pelas desigualdades sociais, pelos deslocamentos históricos, pelos processos de racialização, pelos conflitos socioambientais e pelas permanentes disputas em torno do reconhecimento cultural.

Nesse contexto, a subjetividade amazônica não pode ser compreendida de maneira dissociada das condições territoriais concretas que estruturam a vida social na região. Como argumentam Santos (2006), Haesbaert (2016), Martín-Baró (2017) e Montero (2004), os processos subjetivos são constituídos nas relações entre território, história, cultura e formas de organização coletiva. Assim, o sofrimento psíquico, as experiências de exclusão, os vínculos comunitários e as estratégias coletivas de cuidado são profundamente influenciados pelas relações estabelecidas entre sujeito, território e historicidade. Essa compreensão é reforçada por Bispo dos Santos (2015, 2023), ao reconhecer que os territórios tradicionais constituem espaços de produção de pertencimento, memória, resistência e formas próprias de existência, elementos que participam diretamente da constituição da subjetividade.

Mbembe (2018) contribui para essa discussão ao demonstrar que determinados territórios racializados tornam-se espaços de precarização da vida, nos quais a violência estrutural e a negação de direitos produzem formas específicas de sofrimento social. Na Amazônia brasileira, esses processos manifestam-se por meio das desigualdades no acesso aos serviços de saúde mental, da invisibilização das populações tradicionais, do racismo ambiental e da fragilidade das políticas públicas territorializadas.

Dessa forma, a Psicologia Amazônica Territorial propõe que os processos subjetivos sejam compreendidos a partir das territorialidades amazônicas, reconhecendo que o território participa ativamente da produção do sofrimento, das formas de resistência e das possibilidades de cuidado coletivo. Essa compreensão rompe com a concepção tradicional do território como mero pano de fundo da experiência humana, atribuindo-lhe o estatuto de categoria analítica fundamental para interpretar a constituição da subjetividade na Amazônia (Soares, 2026).

3.3 SAÚDE MENTAL COLETIVA E A TERRITORIALIZAÇÃO DO SOFRIMENTO PSÍQUICO

A tradição biomédica e individualizante da saúde mental privilegiou, historicamente, interpretações centradas no indivíduo isolado, negligenciando os determinantes sociais, raciais, culturais e territoriais implicados na produção do sofrimento psíquico (Basaglia, 1985; Amarante, 2007; Lancetti, 2015). Em contraposição, a perspectiva da Saúde Mental Coletiva propõe compreender o sofrimento humano como um fenômeno atravessado por dimensões históricas, sociais e políticas (Amarante, 2007; Yasui, 2010).

Franco Basaglia (1985) e o movimento da Reforma Psiquiátrica Italiana desempenharam papel fundamental ao deslocar a compreensão da loucura e do sofrimento mental de um campo exclusivamente médico para uma perspectiva social mais ampla. No Brasil, Nise da Silveira (1981) antecipou importantes princípios de humanização do cuidado ao questionar práticas psiquiátricas

coercitivas e valorizar a expressão simbólica, a criatividade e a singularidade das pessoas em sofrimento psíquico. Posteriormente, Amarante (2007) e Yasui (2010) contribuíram para consolidar uma perspectiva psicossocial do cuidado, fundamentada nos direitos humanos, na desinstitucionalização, na territorialização das práticas assistenciais e na valorização das experiências coletivas.

A Psicologia Amazônica Territorial dialoga diretamente com essa tradição ao reconhecer que o sofrimento psíquico produzido na Amazônia brasileira não pode ser analisado de forma dissociada das desigualdades territoriais, do racismo estrutural, da exclusão histórica e das permanências da colonialidade presentes na região. Nessa perspectiva, compreende-se que a produção do sofrimento é inseparável das condições concretas de existência e das relações sociais, raciais, culturais e territoriais que atravessam a vida cotidiana dos sujeitos (Martín-Baró, 2017; Amarante, 2007; Quijano, 2005; Fanon, 2008).

Nesse contexto, propõe-se, no âmbito da Psicologia Amazônica Territorial, o conceito de territorialização do sofrimento psíquico como uma categoria analítica destinada a compreender o processo pelo qual as experiências de sofrimento são produzidas, intensificadas, moduladas e significadas pelas condições territoriais, raciais, econômicas, ambientais, históricas e culturais vivenciadas pelas populações amazônicas.

A territorialização do sofrimento psíquico não se refere apenas ao local onde o sofrimento ocorre, nem à simples influência do contexto sobre o indivíduo. O conceito busca evidenciar que o território participa ativamente da constituição das experiências subjetivas, operando por meio das desigualdades de acesso a direitos, do racismo estrutural, dos conflitos socioambientais, das rupturas de pertencimento, da precarização das políticas públicas e das ameaças aos modos coletivos de vida. Nessa perspectiva, o sofrimento psíquico é compreendido como uma experiência simultaneamente subjetiva, social, histórica e territorial (Soares, 2026).

A territorialização do sofrimento psíquico opera por meio de múltiplos mecanismos psicossociais. As condições territoriais concretas influenciam diretamente os processos de produção da subjetividade, uma vez que o território constitui espaço de organização da vida social, do acesso a direitos e da construção do pertencimento (Santos, 2006; Haesbaert, 2016). Nesse contexto, o isolamento geográfico e a limitação de acesso aos serviços de saúde, educação e proteção social podem contribuir para experiências persistentes de insegurança, abandono e restrição do suporte psicossocial (Amarante, 2007; Buss & Pellegrini Filho, 2007). A exclusão territorial e a precariedade da infraestrutura frequentemente intensificam sentimentos de invisibilidade, desvalorização social e incerteza quanto ao futuro (Martín-Baró, 2017; Minayo, 2006). Além disso, conflitos socioambientais,

deslocamentos compulsórios e ameaças aos modos de vida tradicionais podem fragilizar identidades coletivas, enfraquecer vínculos comunitários e produzir experiências de luto, perda do pertencimento e insegurança existencial (Montero, 2004; Haesbaert, 2016; Bispo dos Santos, 2015). Esses processos demonstram que a precarização territorial não afeta a saúde mental apenas de maneira indireta ou simbólica; ela participa ativamente da constituição da experiência subjetiva e contribui para desfechos psicossociais como ansiedade, desesperança, estresse crônico, retraimento social e redução da percepção de autonomia e eficácia coletiva (Amarante, 2007; Yasui, 2010; Martín-Baró, 2017).

Martín-Baró (2017) argumenta que o sofrimento psíquico nos contextos latino-americanos frequentemente expressa contradições sociais mais amplas relacionadas à violência estrutural, à exclusão e à opressão histórica. Essa compreensão torna-se particularmente relevante na Amazônia, onde populações negras, quilombolas, indígenas e periféricas convivem cotidianamente com múltiplas formas de precarização social e invisibilidade institucional.

Sob essa perspectiva, a saúde mental deixa de ser compreendida exclusivamente como um fenômeno individual e passa a ser reconhecida como uma experiência coletiva, territorial e politicamente situada (Amarante, 2007; Yasui, 2010; Martín-Baró, 2017). O cuidado psicológico, portanto, demanda práticas sensíveis às territorialidades amazônicas, às redes comunitárias e às formas culturais de elaboração do sofrimento, reconhecendo que o fortalecimento da saúde mental depende também da valorização das relações de pertencimento, da memória coletiva e das estratégias comunitárias de resistência historicamente construídas pelas populações amazônicas (Montero, 2004; Bispo dos Santos, 2015, 2023; Santos, 2006; Haesbaert, 2016).

4 SABERES ANCESTRAIS E PRÁTICAS AFRO-AMAZÔNICAS DE CUIDADO

Paes Loureiro (2015) destaca que os saberes tradicionais amazônicos constituem expressões vivas da memória coletiva, da oralidade e das formas culturais de existência construídas pelos povos da região. Em diálogo com essa perspectiva, Bispo dos Santos (2015, 2023) compreende os conhecimentos ancestrais como tecnologias de vida produzidas nos territórios tradicionais, articulando pertencimento, espiritualidade, coletividade e resistência. Nessa direção, os saberes ancestrais amazônicos constituem formas historicamente construídas de elaboração coletiva da vida, do sofrimento e da resistência cultural. Essas práticas compreendem conhecimentos transmitidos oralmente entre gerações, integrando dimensões espirituais, comunitárias, corporais e territoriais do cuidado.

Durante um longo período, tais práticas foram desqualificadas pela racionalidade científica moderna, sendo frequentemente interpretadas como expressões de superstição, atraso ou folclore, em

decorrência da hegemonia do pensamento eurocêntrico e dos processos de colonialidade do saber (Quijano, 2005; Fanon, 2008). Entretanto, pesquisadores vinculados às Epistemologias do Sul demonstram que esses conhecimentos constituem sistemas legítimos de produção de saberes, formas próprias de interpretar o mundo e modos de organização da vida coletiva (Santos, 2010; Mignolo, 2008).

Lélia Gonzalez (2020) destaca que as experiências culturais negras na América Latina produziram formas próprias de resistência e sobrevivência diante da violência do racismo estrutural. Na Amazônia, manifestações culturais afro-amazônicas, como o Marabaixo, representam não apenas expressões artísticas ou religiosas, mas também importantes espaços coletivos de pertencimento, preservação da memória e cuidado psicossocial.

Bispo dos Santos (2015) propõe compreender os saberes tradicionais como formas contra-coloniais de existência, capazes de produzir racionalidades alternativas e outras maneiras de se relacionar com o mundo. Essa perspectiva permite reconhecer práticas como rezas, benzimentos, ladainhas, tradições orais, espiritualidade e rituais comunitários como tecnologias ancestrais de cuidado.

No âmbito da Psicologia Amazônica Territorial, essas práticas deixam de ser compreendidas como elementos periféricos da cultura para serem reconhecidas como estratégias coletivas de produção de saúde mental, fortalecimento comunitário e resistência subjetiva diante das múltiplas formas de opressão territorial e racial (Martín-Baró, 2017; Montero, 2004; Bispo dos Santos, 2015, 2023; Amarante, 2007).

Ao mesmo tempo, a incorporação das práticas ancestrais e comunitárias aos sistemas formais de saúde mental exige reflexão cuidadosa. Embora essas experiências possam favorecer o pertencimento cultural, o fortalecimento das redes comunitárias e a promoção do bem-estar psicossocial, sua integração a políticas públicas, como a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), envolve importantes desafios éticos, epistemológicos e operacionais (Amarante, 2007; Yasui, 2010; Santos, 2010; Brasil, 2011).

As diferenças entre as concepções de saúde, cura, espiritualidade e evidência científica podem gerar tensões entre os sistemas tradicionais de conhecimento e os modelos biomédicos ou psicossociais de atenção (Kleinman, 1980; Langdon, 2014; Santos, 2010). Por essa razão, a Psicologia Amazônica Territorial não defende a incorporação indiscriminada dessas práticas aos serviços formais. Em vez disso, propõe a construção de um diálogo intercultural, fundamentado no respeito à autonomia das comunidades tradicionais e no desenvolvimento de formas complementares de cuidado sensíveis às realidades territoriais amazônicas (Santos, 2010; Langdon, 2014; Bispo dos Santos, 2015, 2023).

Assim, o cuidado afro-amazônico emerge como uma categoria central para compreender as formas coletivas de elaboração do sofrimento e de promoção da saúde mental na Amazônia brasileira. Fundamentado nas contribuições de Silveira (1981) sobre o cuidado humanizado, de Sodré (2017) acerca da ancestralidade como princípio organizador da vida social, de Bispo dos Santos (2023) sobre os modos tradicionais de existência e de Paes Loureiro (2015) acerca da cultura amazônica, esse conceito amplia os limites tradicionais da Psicologia e favorece um diálogo entre ciência, cultura, ancestralidade e território.

5 PSICOLOGIA COMUNITÁRIA, EPISTEMOLOGIAS DO SUL E A CONSTRUÇÃO DA PSICOLOGIA AMAZÔNICA TERRITORIAL

A Psicologia Comunitária Latino-Americana constitui um dos principais fundamentos da Psicologia Amazônica Territorial por compreender o sujeito como um ser historicamente situado, constituído nas relações comunitárias, culturais e políticas (Montero, 2004; Martín-Baró, 2017). Diferentemente das perspectivas centradas exclusivamente na adaptação individual, essa abordagem enfatiza a participação social, o fortalecimento comunitário e a transformação das condições concretas de vida, reconhecendo que os processos subjetivos são inseparáveis das relações sociais e dos territórios onde se produzem (Freitas, 1996; Góis, 2005).

Montero (2004) afirma que a Psicologia Comunitária Latino-Americana surgiu a partir de um compromisso ético-político com populações historicamente marginalizadas, reconhecendo que os processos subjetivos são inseparáveis das condições concretas de existência. De maneira semelhante, Martín-Baró (2017) propôs uma Psicologia da Libertação comprometida com as realidades latino-americanas e com a superação das estruturas de opressão produzidas pela colonialidade.

As Epistemologias do Sul, especialmente desenvolvidas por Boaventura de Sousa Santos (2010), também oferecem importante sustentação teórica à Psicologia Amazônica Territorial ao defenderem o reconhecimento de formas de conhecimento historicamente invisibilizadas pelo pensamento científico hegemônico. Essa perspectiva permite compreender a Amazônia como um espaço legítimo de produção teórica, desafiando a lógica da dependência epistemológica em relação aos grandes centros acadêmicos.

Nesse contexto, a Psicologia Amazônica Territorial configura-se como uma proposta teórico-prática situada, comprometida com a compreensão das subjetividades amazônicas em suas dimensões territoriais, culturais, raciais, coletivas e históricas. Inspirada na tradição da Psicologia Social Crítica e da Psicologia da Libertação, compreende que os processos subjetivos são historicamente produzidos nas relações entre sujeitos, territórios e formas de organização social (Lane, 1984; Martín-Baró, 2017).

Sua construção não pretende rejeitar os referenciais clássicos da Psicologia, mas problematizar seus pressupostos universalizantes e ampliar o horizonte epistemológico da disciplina a partir das experiências produzidas na Amazônia brasileira, reconhecendo a legitimidade de diferentes matrizes de conhecimento e a centralidade das territorialidades na constituição da experiência humana (Santos, 2010; Quijano, 2005; Santos, 2006; Haesbaert, 2016).

Desse modo, a proposta afirma a Amazônia não apenas como um campo empírico de investigação, mas como um território epistemológico capaz de produzir conceitos, categorias analíticas e novas possibilidades de compreensão da experiência humana (Santos, 2010; Paes Loureiro, 2015). Ao reconhecer a centralidade das territorialidades amazônicas na constituição da subjetividade, a Psicologia Amazônica Territorial amplia criticamente o horizonte da Psicologia brasileira, reafirmando que os conhecimentos produzidos desde a Amazônia possuem legitimidade científica e potencial para contribuir com a renovação epistemológica da disciplina (Santos, 2006; Martín-Baró, 2017). É a partir desse pressuposto que se estruturam os fundamentos epistemológicos apresentados na seção seguinte.

6 FUNDAMENTOS EPISTEMOLÓGICOS DA PSICOLOGIA AMAZÔNICA TERRITORIAL

A construção da Psicologia Amazônica Territorial emerge da necessidade de desenvolver uma perspectiva psicológica situada, capaz de compreender as experiências subjetivas produzidas nas territorialidades amazônicas a partir de suas especificidades históricas, raciais, culturais, comunitárias e políticas. Essa compreensão dialoga com autores que reconhecem a subjetividade como uma construção histórica e socialmente situada (Lane, 1984; Martín-Baró, 2017) e com perspectivas que questionam a universalização do conhecimento científico e defendem a legitimidade de epistemologias produzidas em diferentes contextos históricos e territoriais (Quijano, 2005; Santos, 2010). Mais do que uma ampliação temática da Psicologia brasileira, essa proposta representa um deslocamento epistemológico que reivindica a Amazônia como um território legítimo para a produção de conceitos, categorias analíticas e conhecimento científico comprometido com suas realidades socioculturais e territoriais (Santos, 2006).

A constituição histórica das categorias psicológicas ocorreu em contextos socioculturais específicos, refletindo determinadas formas de compreender o sujeito, a sociedade e a experiência humana (Figueiredo, 1991; Lane, 1984). Embora essas categorias tenham contribuído significativamente para o desenvolvimento da Psicologia, sua aplicação a diferentes realidades territoriais revela limites epistemológicos quando desconsidera formas diversas de produzir subjetividade. No contexto amazônico, onde território, ancestralidade, memória coletiva, relações raciais e modos comunitários de existência ocupam lugar central na organização da vida social, torna-

se necessário ampliar o repertório conceitual da Psicologia para incorporar categorias produzidas a partir dessas experiências (Martín-Baró, 2017; Santos, 2010; Paes Loureiro, 2015).

A Psicologia Amazônica Territorial busca superar essa limitação por meio da construção de uma epistemologia situada. Inspirada na concepção de conhecimentos situados proposta por Haraway (1988), nas Epistemologias do Sul formuladas por Santos (2010) e na crítica à colonialidade do saber desenvolvida por Quijano (2005), essa perspectiva parte do pressuposto de que todo conhecimento é produzido em contextos históricos, culturais, territoriais e políticos específicos. Nessa direção, a neutralidade absoluta da ciência é compreendida como uma construção histórica, uma vez que toda produção científica reflete determinados referenciais epistemológicos, experiências sociais e relações de poder (Haraway, 1988; Quijano, 2005). Produzir Psicologia desde a Amazônia implica reconhecer que as experiências amazônicas não constituem apenas um campo empírico de investigação, mas um território epistemológico capaz de produzir conceitos, categorias analíticas e interpretações originais sobre a subjetividade humana (Santos, 2010; Santos, 2006).

6.1 TERRITORIALIDADE

A territorialidade constitui o primeiro fundamento epistemológico da Psicologia Amazônica Territorial, por compreender que a subjetividade humana é produzida nas relações estabelecidas entre sujeitos, territórios e modos de vida. Nessa perspectiva, o território deixa de ser concebido apenas como uma delimitação física ou geográfica e passa a ser entendido como uma construção histórica, social, cultural e simbólica, atravessada por relações de poder, pertencimento, memória, identidade e produção de sentidos (Santos, 2006; Haesbaert, 2016). Assim, mais do que o espaço onde a vida acontece, o território constitui uma condição constitutiva da experiência humana, influenciando os modos de existir, sofrer, cuidar e produzir vínculos.

Essa compreensão dialoga com a concepção de Milton Santos (2006), para quem o território representa um espaço vivido, permanentemente produzido pelas relações sociais, econômicas, políticas e culturais. De forma complementar, Haesbaert (2016) destaca que os sujeitos constroem múltiplas territorialidades ao longo de suas trajetórias, estabelecendo vínculos materiais e simbólicos que organizam sentimentos de pertencimento, identidade e reconhecimento social. Na Psicologia Amazônica Territorial, essas contribuições permitem compreender que o território não constitui um elemento externo à subjetividade, mas participa ativamente de sua constituição.

Sob essa perspectiva, a produção da subjetividade ocorre em permanente interação com as experiências territoriais. As formas de morar, circular, trabalhar, acessar direitos, estabelecer relações comunitárias e construir memórias coletivas participam diretamente da organização da vida psíquica.

Conforme argumenta Yi-Fu Tuan (1977), os lugares adquirem significados afetivos que influenciam profundamente a experiência humana, enquanto Doreen Massey (1994) demonstra que os territórios são continuamente produzidos pelas relações sociais e pelas dinâmicas históricas que conectam pessoas, culturas e espaços. Da mesma forma, Hook (2005) evidencia que as condições espaciais e territoriais participam da produção das experiências psicossociais, especialmente em contextos marcados por desigualdades, segregação e exclusão social.

No contexto amazônico, a territorialidade assume características particulares. A Amazônia constitui um mosaico de territorialidades produzidas por populações indígenas, quilombolas, ribeirinhas, extrativistas, agricultores familiares e comunidades urbanas, cujas formas de organização da vida articulam relações específicas com a natureza, a ancestralidade, a memória e os modos coletivos de existência. Conforme argumenta Porto-Gonçalves (2001), a Amazônia deve ser compreendida como um território plural, constituído por múltiplas racionalidades e formas de produzir conhecimento, enquanto Paes Loureiro (2015) destaca que a cultura amazônica expressa uma profunda integração entre território, imaginário, oralidade e identidade coletiva. Essas territorialidades produzem formas singulares de pertencimento e constituem referências fundamentais para a compreensão das subjetividades amazônicas.

Ao mesmo tempo, essas territorialidades são atravessadas por profundas desigualdades históricas. Processos de exploração econômica, conflitos fundiários, racismo ambiental, expansão de atividades extrativistas e precarização das políticas públicas produzem condições diferenciadas de acesso à saúde, à educação, ao trabalho e à proteção social, influenciando diretamente a constituição das experiências subjetivas. Como observa Costa (2020), as desigualdades territoriais amazônicas repercutem sobre as condições de vida das populações da região, afetando suas formas de pertencimento, seus vínculos comunitários e suas possibilidades de cuidado psicossocial.

É nesse sentido que a Psicologia Amazônica Territorial propõe compreender o território como uma categoria psicológica. Diferentemente das abordagens que tratam o território apenas como contexto ou variável ambiental, esta perspectiva considera que as territorialidades participam ativamente da constituição da subjetividade, da produção do sofrimento psíquico, da formação das identidades e da organização das estratégias coletivas de cuidado. O território deixa de ser compreendido como pano de fundo da experiência psicológica e passa a ocupar posição constitutiva na compreensão dos fenômenos psicológicos.

Desse modo, a territorialidade representa o fundamento epistemológico que inaugura a Psicologia Amazônica Territorial, ao afirmar que a experiência humana não pode ser compreendida independentemente dos territórios onde a vida é produzida. Reconhecer a centralidade das

territorialidades amazônicas significa admitir que os modos de existir, sofrer, resistir e cuidar são historicamente construídos nas relações entre sujeitos, cultura, memória, ancestralidade e espaço vivido. É a partir dessa compreensão que a Psicologia Amazônica Territorial propõe ampliar o horizonte analítico da Psicologia, reconhecendo o território não apenas como cenário da vida social, mas como dimensão constitutiva da subjetividade e da produção do conhecimento psicológico.

6.2 COLONIALIDADE

A colonialidade constitui o segundo fundamento epistemológico da Psicologia Amazônica Territorial, por compreender que os processos de constituição da subjetividade não podem ser dissociados das relações históricas de poder que estruturaram a formação social da América Latina e da Amazônia brasileira. Diferentemente do colonialismo, compreendido como um sistema formal de dominação política e econômica, a colonialidade refere-se à permanência de estruturas de poder, formas de conhecimento e modos de existência que continuam organizando as relações sociais mesmo após o término dos regimes coloniais (Quijano, 2005). Nessa perspectiva, a colonialidade opera por meio da produção de hierarquias raciais, culturais e epistemológicas, influenciando diretamente os modos pelos quais sujeitos e coletividades constroem suas identidades, interpretam suas experiências e atribuem sentidos ao sofrimento.

A crítica desenvolvida por Quijano (2005) evidencia que a colonialidade do poder consolidou uma lógica de classificação racial da população mundial, legitimando desigualdades econômicas, políticas e culturais que permanecem estruturando as sociedades latino-americanas. Em diálogo com essa perspectiva, Boaventura de Sousa Santos (2010) demonstra que a colonialidade também se manifesta na produção do conhecimento, por meio da desqualificação sistemática de saberes produzidos fora dos referenciais científicos eurocêntricos. Tal processo, denominado pelo autor como pensamento abissal, estabeleceu fronteiras epistemológicas que historicamente invisibilizaram os conhecimentos produzidos por povos indígenas, quilombolas, populações negras e comunidades tradicionais, restringindo o reconhecimento de suas experiências como fontes legítimas de produção científica.

No campo da subjetividade, Maldonado-Torres (2007) amplia essa discussão ao formular o conceito de colonialidade do ser, argumentando que a lógica colonial não atua apenas sobre os sistemas políticos e econômicos, mas alcança a própria experiência de existir. A colonialidade produz formas diferenciadas de reconhecimento social, definindo quais vidas são consideradas plenamente humanas e quais permanecem submetidas a processos contínuos de inferiorização, desumanização e exclusão. Essa perspectiva dialoga diretamente com as análises de Fanon (2008), que demonstrou como o

colonialismo e o racismo produzem profundas marcas na constituição da identidade, da autoestima e das formas de sofrimento psicológico das populações racializadas. De maneira complementar, Mbembe (2018) evidencia que essas relações persistem na contemporaneidade por meio da necropolítica, isto é, da gestão desigual da vida e da morte de grupos historicamente vulnerabilizados.

Na Amazônia brasileira, a colonialidade manifesta-se de forma particularmente intensa em razão da permanência de processos históricos de exploração territorial, expropriação de recursos naturais, racialização das populações tradicionais e invisibilização de seus sistemas de conhecimento. Conforme argumenta Porto-Gonçalves (2001), a Amazônia foi historicamente incorporada ao projeto colonial como espaço de exploração econômica, produzindo conflitos permanentes em torno do território e dos modos de vida de seus povos. Ao mesmo tempo, Lélia Gonzalez (2020) demonstra que o racismo estrutural constitui um mecanismo permanente de reprodução das desigualdades sociais e de negação do reconhecimento das populações negras, dinâmica que também se expressa nas comunidades afro-amazônicas e quilombolas. Esses processos atingem igualmente povos indígenas, ribeirinhos e outras comunidades tradicionais, cujas territorialidades permanecem atravessadas por diferentes formas de exclusão, violência e negação de direitos.

Sob a perspectiva da Psicologia Amazônica Territorial, a colonialidade produz efeitos diretos sobre a constituição da subjetividade e do sofrimento psíquico. As experiências de discriminação racial, perda de territórios, desvalorização cultural, ruptura dos vínculos comunitários e invisibilização dos modos tradicionais de existência repercutem na construção da identidade, do pertencimento e das formas de elaboração do sofrimento. Conforme destacam Hook (2005) e Martín-Baró (2017), a violência estrutural e os processos históricos de opressão produzem impactos duradouros sobre a experiência psicológica, favorecendo sentimentos de desamparo, insegurança, desvalorização social e sofrimento psicossocial. Nessa perspectiva, o sofrimento deixa de ser compreendido exclusivamente como manifestação individual e passa a ser interpretado como expressão das relações históricas de poder que organizam as condições concretas de existência.

Desse modo, a colonialidade constitui um fundamento indispensável da Psicologia Amazônica Territorial, por permitir compreender que a subjetividade amazônica é produzida em permanente interação com processos históricos de dominação, resistência e produção de conhecimentos. Ao incorporar essa perspectiva, a teoria amplia criticamente o campo da Psicologia, reconhecendo que raça, território, cultura, memória e colonialidade não representam variáveis externas ao sujeito, mas dimensões constitutivas da experiência psicológica. Assim, compreender a subjetividade amazônica exige reconhecer que as formas de existir, sofrer, resistir e cuidar são historicamente atravessadas pelas

permanências da colonialidade e pelas estratégias coletivas de enfrentamento construídas pelos povos da Amazônia.

6.3 COLETIVIDADE

A coletividade constitui o terceiro fundamento epistemológico da Psicologia Amazônica Territorial, ao compreender que a subjetividade humana é produzida nas relações estabelecidas entre sujeitos, comunidades, territórios e processos históricos. Diferentemente das abordagens psicológicas centradas na autonomia do indivíduo como unidade privilegiada de análise, esta perspectiva parte do pressuposto de que os processos psicológicos são constituídos nas interações sociais, culturais e comunitárias que organizam a vida coletiva (Lane, 1984; Martín-Baró, 2017). Nessa direção, a experiência subjetiva não pode ser compreendida como um fenômeno exclusivamente individual, mas como uma construção relacional, historicamente situada e continuamente produzida nas redes de convivência e pertencimento.

Essa compreensão dialoga com a tradição da Psicologia Social Crítica, especialmente com as contribuições de Silvia Lane (1984**)**, que concebe a subjetividade como produto das relações sociais historicamente construídas, e de Ignacio Martín-Baró (2017), para quem os fenômenos psicológicos somente podem ser compreendidos à luz das condições concretas de existência dos sujeitos e das estruturas sociais que organizam a vida coletiva. Da mesma forma, Maritza Montero (2004) argumenta que a participação comunitária, a construção de vínculos sociais e o fortalecimento das comunidades constituem dimensões centrais da produção da subjetividade e da transformação das condições de vida.

Na Amazônia brasileira, a coletividade assume papel estruturante na organização da existência. Povos indígenas, comunidades quilombolas, populações ribeirinhas, extrativistas e agricultores familiares constroem historicamente formas de vida baseadas na cooperação, na reciprocidade, na memória compartilhada e na participação comunitária. Conforme argumenta Porto-Gonçalves (2001), os territórios amazônicos expressam diferentes racionalidades sociais e culturais, enquanto Paes Loureiro (2015) demonstra que a cultura amazônica se organiza a partir de profundas relações entre território, oralidade, imaginário e vida comunitária. Nessa perspectiva, o pertencimento coletivo não constitui apenas um traço cultural, mas um elemento fundamental da organização da experiência humana.

As contribuições de Bispo dos Santos (2015, 2023) ampliam essa compreensão ao demonstrar que as comunidades tradicionais produzem modos próprios de existência baseados na coletividade, na ancestralidade e na partilha da vida. Nessas experiências, o cuidado, o trabalho, a espiritualidade, a educação e a resolução dos conflitos são construídos de maneira comunitária, fortalecendo redes de

solidariedade que contribuem para a manutenção da identidade coletiva e para a resistência diante dos processos históricos de exclusão e colonialidade.

Sob essa perspectiva, o sofrimento psíquico também assume uma dimensão coletiva. Processos como o racismo estrutural, a perda dos territórios tradicionais, os conflitos socioambientais, a precarização das políticas públicas e a ruptura dos vínculos comunitários não afetam apenas indivíduos isolados, mas repercutem sobre comunidades inteiras, produzindo impactos na memória coletiva, no pertencimento social e nas formas compartilhadas de elaboração do sofrimento (Martín-Baró, 2017; Amarante, 2007; Montero, 2004). Ao mesmo tempo, essas comunidades desenvolvem estratégias coletivas de enfrentamento, cuidado mútuo e fortalecimento comunitário que atuam como importantes fatores de proteção psicossocial.

É nesse contexto que a Psicologia Amazônica Territorial propõe compreender a coletividade como uma categoria psicológica. Diferentemente das abordagens que situam o coletivo apenas como contexto da experiência individual, esta proposta considera que os processos psicológicos são constituídos nas relações entre sujeitos, comunidades, territórios, ancestralidades e memórias coletivas. Assim, pertencimento, solidariedade, reciprocidade, participação comunitária e cuidado compartilhado deixam de ocupar posição periférica na análise psicológica e passam a integrar os elementos constitutivos da subjetividade amazônica.

Desse modo, a coletividade representa um fundamento epistemológico indispensável da Psicologia Amazônica Territorial, ao afirmar que a experiência humana é inseparável das relações sociais que sustentam a vida comunitária. Ao reconhecer as comunidades amazônicas como espaços produtores de subjetividade, cuidado, memória e resistência, essa perspectiva amplia criticamente os referenciais individualizantes da Psicologia e reafirma que compreender a subjetividade amazônica exige reconhecer o coletivo como dimensão constitutiva da experiência psicológica e da produção do conhecimento.

6.4 SABERES ANCESTRAIS

Os saberes ancestrais constituem o quarto fundamento epistemológico da Psicologia Amazônica Territorial, por reconhecer que diferentes povos produzem formas próprias de compreender a vida, o sofrimento, o cuidado e a constituição da experiência humana. Nessa perspectiva, os conhecimentos ancestrais não são compreendidos como manifestações periféricas da cultura ou como sistemas de crenças desprovidos de racionalidade, mas como formas historicamente construídas de produção de conhecimento, organizadas por relações entre território, memória, oralidade, espiritualidade e vida comunitária (Santos, 2010; Quijano, 2005).

Essa compreensão dialoga diretamente com Amadou Hampâté Bâ (2010), que reconhece a tradição oral como um sistema legítimo de transmissão de conhecimentos e de preservação da memória coletiva. Para o autor, a oralidade constitui uma forma complexa de produção de saberes, por meio da qual experiências históricas, valores culturais e formas de organização da vida são continuamente compartilhados entre gerações. Sob essa perspectiva, memória e ancestralidade não representam apenas heranças culturais, mas modos próprios de produzir conhecimento e interpretar a realidade.

No contexto amazônico, os saberes ancestrais assumem características singulares. Conforme argumenta Paes Loureiro (2015), a cultura amazônica organiza-se por meio de profundas relações entre território, imaginário, oralidade, espiritualidade e modos coletivos de existência, constituindo formas específicas de compreender a vida e a natureza. Essas experiências encontram-se presentes nas práticas desenvolvidas por povos indígenas, comunidades quilombolas, populações ribeirinhas e demais comunidades tradicionais, nas quais a transmissão do conhecimento ocorre por meio da convivência comunitária, da memória coletiva e da continuidade das práticas culturais.

As contribuições de Bispo dos Santos (2015, 2023) ampliam essa compreensão ao demonstrar que os conhecimentos produzidos pelas comunidades tradicionais constituem verdadeiras tecnologias de existência, organizadas a partir da ancestralidade, da reciprocidade, da relação com a terra e da produção coletiva da vida. Nessa perspectiva, território, espiritualidade, trabalho, alimentação, celebrações, rituais e formas de cuidado integram um mesmo sistema de produção de conhecimentos, rompendo com a fragmentação característica da racionalidade moderna.

Na Amazônia brasileira, essas experiências manifestam-se em práticas como os benzimentos, as rezas, as ladainhas, o Marabaixo, os mutirões comunitários, os conhecimentos tradicionais sobre plantas medicinais, os rituais indígenas, as narrativas orais e outras formas coletivas de elaboração da vida cotidiana. Essas práticas constituem importantes mecanismos de fortalecimento dos vínculos comunitários, preservação da memória coletiva, produção do pertencimento e enfrentamento das adversidades historicamente vivenciadas pelas populações amazônicas (Paes Loureiro, 2015; Bispo dos Santos, 2023).

Sob a perspectiva da Psicologia Amazônica Territorial, os saberes ancestrais também desempenham papel relevante na produção da saúde mental. Ao favorecerem a construção de identidades coletivas, o fortalecimento das redes comunitárias, a preservação da memória e a valorização das experiências culturais, essas práticas ampliam os recursos simbólicos disponíveis para a elaboração do sofrimento e para a construção de estratégias coletivas de cuidado. Nessa direção, o cuidado deixa de ser compreendido exclusivamente como intervenção técnica individualizada e passa a

incorporar dimensões comunitárias, espirituais, culturais e territoriais do viver (Amarante, 2007; Montero, 2004).

Entretanto, a Psicologia Amazônica Territorial não propõe a incorporação indiscriminada dos saberes ancestrais às práticas psicológicas ou às políticas públicas de saúde mental. Conforme argumentam Boaventura de Sousa Santos (2010) e Langdon (2014), diferentes sistemas de conhecimento operam segundo racionalidades próprias e demandam relações de diálogo intercultural fundamentadas no respeito à autonomia dos povos, na valorização da diversidade epistemológica e na construção de formas complementares de cuidado. Dessa maneira, a proposta aproxima-se da perspectiva da ecologia de saberes, compreendendo que o diálogo entre ciência e conhecimentos tradicionais deve ocorrer sem hierarquizações epistemológicas, preservando tanto a integridade dos sistemas ancestrais quanto os princípios éticos e científicos que orientam a atuação profissional.

Desse modo, os saberes ancestrais constituem um fundamento epistemológico indispensável da Psicologia Amazônica Territorial, ao reconhecer que a produção da subjetividade e do cuidado não se restringe aos modelos científicos modernos. Ao afirmar a legitimidade dos conhecimentos produzidos pelas populações amazônicas, essa perspectiva amplia criticamente o horizonte epistemológico da Psicologia e reconhece que memória, ancestralidade, oralidade, espiritualidade e vida comunitária constituem dimensões fundamentais para compreender os modos de existir, sofrer, resistir e cuidar nos territórios amazônicos.

6.5 RESISTÊNCIA E REEXISTÊNCIA

A resistência constitui o quinto fundamento epistemológico da Psicologia Amazônica Territorial, por reconhecer que as populações amazônicas não apenas experimentam processos históricos de opressão, colonialidade e desigualdade, mas também desenvolvem estratégias permanentes de produção da vida, reconstrução dos vínculos comunitários e fortalecimento das identidades coletivas. Nessa perspectiva, a subjetividade amazônica não pode ser compreendida exclusivamente a partir das experiências de sofrimento, mas também pelas formas históricas de resistência e de criação de modos próprios de existir (Martín-Baró, 2017; Walsh, 2009).

As contribuições de Walsh (2009) demonstram que os povos historicamente colonizados produzem processos de reexistência, isto é, formas de reconstrução da existência fundamentadas na cultura, na ancestralidade, no território e na produção coletiva da vida. Diferentemente de uma resistência entendida apenas como oposição às estruturas de dominação, a reexistência constitui um movimento permanente de afirmação de identidades, saberes e modos de vida capazes de produzir novas possibilidades de existência diante das permanências da colonialidade.

Na Amazônia brasileira, essas experiências manifestam-se por meio das lutas pela preservação dos territórios tradicionais, da valorização das línguas indígenas, da continuidade das práticas culturais afro-amazônicas, da transmissão oral dos conhecimentos ancestrais, da organização comunitária e da defesa dos modos tradicionais de vida. Conforme argumenta Krenak (2019), resistir significa afirmar outras formas de habitar o mundo, preservando modos de existência que desafiam a racionalidade produtivista da modernidade. De maneira semelhante, Bispo dos Santos (2023) demonstra que as comunidades tradicionais produzem continuamente formas próprias de viver, cuidar e organizar a existência, transformando a resistência em produção cotidiana da vida.

Esses processos também possuem importantes repercussões psicossociais. A preservação das memórias coletivas, das práticas culturais, das espiritualidades, das redes comunitárias e das formas compartilhadas de cuidado fortalece sentimentos de pertencimento, identidade e continuidade histórica, funcionando como importantes fatores de proteção da saúde mental (Montero, 2004; Amarante, 2007). Sob essa perspectiva, a resistência deixa de ser compreendida apenas como reação às opressões e passa a constituir um processo permanente de fortalecimento subjetivo e comunitário.

Na Psicologia Amazônica Territorial, a resistência assume, portanto, uma dimensão psicológica. As estratégias coletivas desenvolvidas pelas populações amazônicas para preservar seus territórios, seus conhecimentos, suas práticas culturais e suas formas de organização comunitária constituem importantes mecanismos de produção da subjetividade, elaboração do sofrimento e promoção do cuidado. A experiência psicológica deixa de ser compreendida apenas pelos efeitos da violência e passa igualmente a ser analisada pelas capacidades coletivas de criação, solidariedade, reconstrução dos vínculos e afirmação da vida.

Desse modo, a resistência e a reexistência constituem o quinto fundamento epistemológico da Psicologia Amazônica Territorial, ao afirmar que a subjetividade amazônica é produzida tanto pelas experiências de sofrimento quanto pelas múltiplas formas de enfrentamento, criação e reconstrução da vida desenvolvidas pelas populações da Amazônia. Ao reconhecer essas experiências, a teoria amplia criticamente o campo da Psicologia e desloca o foco analítico da vulnerabilidade para a potência coletiva dos sujeitos e comunidades amazônicas, compreendendo que existir, cuidar e resistir constituem processos inseparáveis da produção da subjetividade.

7 CONTRIBUIÇÕES CIENTÍFICAS DA PSICOLOGIA AMAZÔNICA TERRITORIAL

A principal contribuição científica da Psicologia Amazônica Territorial consiste em propor um deslocamento epistemológico na produção do conhecimento psicológico, ao afirmar que a Amazônia brasileira não deve ser compreendida apenas como um campo empírico de investigação ou de aplicação

de teorias previamente estabelecidas, mas como um território epistemológico capaz de produzir conceitos, categorias analíticas e interpretações originais sobre a experiência humana. Essa perspectiva rompe com a lógica segundo a qual o conhecimento psicológico é produzido exclusivamente em centros acadêmicos hegemônicos e posteriormente aplicado às diferentes realidades sociais. Em seu lugar, propõe que as territorialidades amazônicas constituem espaços legítimos de produção científica, capazes de ampliar criticamente os horizontes teóricos da Psicologia contemporânea (Santos, 2010; Quijano, 2005; Haraway, 1988).

Mais do que uma ampliação temática da Psicologia brasileira, a proposta representa uma ampliação epistemológica da disciplina. Ao reconhecer que subjetividade, sofrimento psíquico, cuidado e processos identitários assumem configurações específicas nas territorialidades amazônicas, a Psicologia Amazônica Territorial afirma que diferentes contextos históricos, culturais, raciais e territoriais não apenas demandam novas interpretações da realidade, mas possuem potencial para produzir novos referenciais teóricos para a Psicologia. Nesse contexto, quatro contribuições epistemológicas merecem destaque.

7.1 A PRIMEIRA CONTRIBUIÇÃO: TERRITORIALIZAÇÃO DO SOFRIMENTO PSÍQUICO

A primeira contribuição consiste na proposição do conceito de territorialização do sofrimento psíquico, categoria analítica desenvolvida neste ensaio para explicar como processos territoriais, históricos, raciais, econômicos, ambientais e culturais participam diretamente da constituição das experiências de sofrimento humano. Diferentemente das abordagens tradicionais, que frequentemente compreendem o território apenas como contexto onde o sofrimento ocorre, a Psicologia Amazônica Territorial reconhece que as territorialidades produzem condições específicas de vulnerabilidade, pertencimento, exclusão e resistência, participando ativamente da constituição da subjetividade. Essa formulação amplia as concepções tradicionais da Saúde Mental ao integrar território, colonialidade e relações comunitárias na compreensão dos fenômenos psicológicos.

7.2 A SEGUNDA CONTRIBUIÇÃO: AMPLIAÇÃO DO CONCEITO DE CUIDADO PSICOLÓGICO

A segunda contribuição consiste na ampliação do conceito de cuidado psicológico. A Psicologia Amazônica Territorial reconhece as práticas culturais afro-amazônicas, os saberes ancestrais, a tradição oral, os rituais comunitários, os benzimentos, as formas coletivas de espiritualidade e outras tecnologias tradicionais de cuidado como recursos legítimos para a promoção da saúde mental e o fortalecimento da subjetividade. Essa perspectiva não propõe a substituição das práticas psicológicas

baseadas em evidências científicas, mas defende a construção de um diálogo intercultural fundamentado na ecologia de saberes, valorizando diferentes formas de produção do cuidado sem abrir mão dos princípios éticos da atuação profissional (Santos, 2010; Langdon, 2014; Amarante, 2007).

7.3 A TERCEIRA CONTRIBUIÇÃO: TERRITÓRIO COMO CATEGORIA PSICOLÓGICA

A terceira contribuição consiste em compreender o território como uma categoria psicológica. Nessa perspectiva, as territorialidades deixam de representar apenas cenários onde os processos psicológicos acontecem para serem reconhecidas como dimensões constitutivas da subjetividade. O território participa da produção das identidades, dos vínculos afetivos, das memórias coletivas, dos sentimentos de pertencimento, das experiências de sofrimento e das estratégias comunitárias de cuidado. Essa formulação amplia os referenciais tradicionais da Psicologia ao integrar território, ancestralidade, memória coletiva e condições socioambientais como dimensões constitutivas da experiência psicológica (Santos, 2006; Haesbaert, 2016).

7.4 A QUARTA CONTRIBUIÇÃO: AMPLIAÇÃO EPISTEMOLÓGICA DA PSICOLOGIA

A quarta contribuição refere-se à ampliação epistemológica da própria Psicologia. A Psicologia Amazônica Territorial sustenta que diferentes territórios podem produzir conceitos psicológicos próprios, superando a compreensão da Amazônia como simples objeto de investigação. Ao afirmar que as experiências amazônicas possuem potencial para gerar categorias analíticas originais, a proposta contribui para a construção de uma Psicologia mais plural, territorialmente situada e comprometida com a diversidade das experiências humanas. Essa perspectiva amplia o debate contemporâneo sobre produção do conhecimento psicológico ao reconhecer que a ciência também pode ser produzida desde as margens historicamente invisibilizadas, sem romper com o rigor científico nem com o diálogo crítico com os referenciais clássicos da disciplina (Haraway, 1988; Santos, 2010; Smith, 2018).

Em conjunto, essas contribuições consolidam a Psicologia Amazônica Territorial como uma proposta teórico-epistemológica comprometida com a ampliação crítica da Psicologia contemporânea. Ao afirmar a Amazônia como território produtor de conhecimento, a teoria desloca o foco da simples aplicação de modelos universais para a construção de categorias analíticas produzidas a partir das experiências amazônicas. Mais do que uma Psicologia sobre a Amazônia, propõe uma Psicologia produzida desde a Amazônia, capaz de dialogar criticamente com os referenciais clássicos da disciplina e, ao mesmo tempo, contribuir para a renovação epistemológica da Psicologia brasileira e latino-americana.

Tabela 2. Principais contribuições científicas da Psicologia Amazônica Territorial

Contribuição	O que propõe	Contribuição para a Psicologia
Territorialização do sofrimento psíquico	O sofrimento é produzido também pelas condições territoriais, históricas, raciais, ambientais e comunitárias.	Amplia os referenciais da Saúde Mental ao integrar território e subjetividade.
Ampliação do conceito de cuidado psicológico	Reconhece saberes ancestrais, práticas culturais e tecnologias comunitárias como recursos legítimos para o cuidado em diálogo com a ciência.	Expande o conceito de cuidado psicológico e fortalece a perspectiva intercultural.
Território como categoria psicológica	O território deixa de ser contexto e passa a constituir dimensão da produção da subjetividade.	Introduz uma nova categoria analítica para compreender identidade, pertencimento, sofrimento e cuidado.
Ampliação epistemológica da Psicologia	A Amazônia é reconhecida como território produtor de conhecimento psicológico e não apenas como objeto de investigação.	Contribui para uma Psicologia territorialmente situada, plural e comprometida com a diversidade epistemológica.

Fonte: Elaborado pelos autores, 2026

8 IMPLICAÇÕES TEÓRICAS, METODOLÓGICAS E PRÁTICAS DA PSICOLOGIA AMAZÔNICA TERRITORIAL

A consolidação da Psicologia Amazônica Territorial como proposta teórico-epistemológica implica não apenas a formulação de novos conceitos e categorias analíticas, mas também a construção de novos modos de compreender, investigar e intervir sobre a realidade amazônica. Toda perspectiva epistemológica produz implicações para a prática científica e profissional, uma vez que modifica os referenciais utilizados para interpretar os fenômenos psicológicos e orientar as formas de cuidado.

Nessa direção, a Psicologia Amazônica Territorial propõe deslocamentos importantes em diferentes campos da Psicologia. Ao reconhecer que os processos subjetivos são produzidos nas relações entre território, colonialidade, coletividade, ancestralidade e cultura, a proposta amplia criticamente os referenciais individualizantes predominantes na Psicologia moderna, oferecendo novas possibilidades para a clínica, a Psicologia Escolar e Educacional, a Saúde Mental Coletiva, a formação profissional, a pesquisa científica e a formulação de políticas públicas.

Mais do que apresentar aplicações práticas, esses desdobramentos expressam as consequências epistemológicas da teoria, demonstrando que compreender a subjetividade amazônica exige transformar simultaneamente as formas de pesquisar, ensinar e exercer a Psicologia.

8.1 PSICOLOGIA CLÍNICA TERRITORIALIZADA E ESCUTA SITUADA

No campo da Psicologia Clínica, a Psicologia Amazônica Territorial propõe uma ampliação do conceito de sofrimento psíquico. Diferentemente das abordagens centradas predominantemente nas dimensões intrapsíquicas, essa perspectiva compreende que o sofrimento humano é produzido nas relações entre sujeito, território, história, raça, cultura e coletividade (Martín-Baró, 2017; Lane, 1984).

A clínica territorializada fundamenta-se em uma escuta situada, capaz de reconhecer que processos como racismo estrutural, exclusão territorial, desterritorialização, conflitos socioambientais, invisibilização cultural e precarização das políticas públicas participam diretamente da constituição da experiência subjetiva. O sofrimento deixa de ser compreendido exclusivamente como expressão individual e passa a ser analisado em sua dimensão psicossocial e territorial.

Essa perspectiva amplia o trabalho clínico ao incorporar a memória coletiva, os vínculos comunitários, a ancestralidade e os sistemas culturais de cuidado como recursos relevantes para a elaboração do sofrimento e para o fortalecimento da saúde mental, sem substituir as práticas psicológicas baseadas em evidências, mas dialogando criticamente com elas (Amarante, 2007; Langdon, 2014).

Tabela 3. Clínica Tradicional e Clínica Territorializada

Clínica Tradicional	**Clínica Territorializada**
Ênfase no indivíduo	Ênfase nas relações sujeito-território
Sofrimento intrapsíquico	Sofrimento territorializado
Contexto como variável externa	Território como dimensão constitutiva
Ênfase na história individual	História individual, coletiva e territorial
Intervenção predominantemente individual	Articulação entre cuidado individual, comunitário e territorial

Fonte: Elaborado pelos autores, 2026

8.2 PSICOLOGIA ESCOLAR, EDUCAÇÃO INCLUSIVA E TERRITORIALIDADES AMAZÔNICAS

No campo da Psicologia Escolar e Educacional, a proposta desloca o foco das interpretações individualizantes do fracasso escolar para uma compreensão que integra desigualdades territoriais, processos de exclusão, pertencimento cultural e produção coletiva do conhecimento.

As dificuldades de aprendizagem, a evasão escolar e os processos de inclusão passam a ser compreendidos também como expressões das condições concretas de vida vivenciadas pelos estudantes amazônicos.

Nesse contexto, o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) pode ser reinterpretado à luz das territorialidades amazônicas, favorecendo currículos culturalmente responsivos que incorporem saberes tradicionais, experiências comunitárias e conhecimentos produzidos nos territórios amazônicos.

Essa perspectiva fortalece práticas pedagógicas comprometidas com o pertencimento territorial, a valorização da diversidade cultural e a construção de experiências educativas significativas.

8.3 SAÚDE MENTAL COLETIVA E TERRITORIALIZAÇÃO DO CUIDADO

Na Saúde Mental Coletiva, a Psicologia Amazônica Territorial propõe o conceito de territorialização do cuidado, entendido como a organização das práticas psicológicas a partir das especificidades territoriais, culturais, históricas e comunitárias dos sujeitos.

Nessa perspectiva, o cuidado deixa de ser compreendido exclusivamente como oferta técnica especializada e passa a incorporar redes comunitárias, práticas culturais, espiritualidades, saberes ancestrais e tecnologias coletivas de cuidado presentes nas comunidades amazônicas (Amarante, 2007; Yasui, 2010).

O fortalecimento das redes de apoio, da memória coletiva, do pertencimento comunitário e das práticas culturais constitui importante estratégia para promoção da saúde mental e enfrentamento das desigualdades psicossociais.

8.4 FORMAÇÃO EM PSICOLOGIA E PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO SITUADO

A Psicologia Amazônica Territorial também propõe transformações na formação dos psicólogos.

Os currículos dos cursos de Psicologia ainda permanecem fortemente estruturados por referenciais produzidos em contextos europeus e urbano-industriais, oferecendo reduzido espaço para o estudo das territorialidades amazônicas, das relações raciais, da colonialidade, da Saúde Mental Coletiva e dos saberes tradicionais.

A proposta defende processos formativos comprometidos com a pluralidade epistemológica e com a produção de conhecimentos territorialmente situados, preparando profissionais capazes de compreender as relações entre subjetividade, território, cultura, ancestralidade e desigualdades sociais.

Tabela 4. Formação Tradicional e Formação em Psicologia Amazônica Territorial

Formação Tradicional	Formação Territorializada
Referenciais predominantemente eurocêntricos	Pluralidade epistemológica
Ênfase na universalização	Ênfase nas territorialidades
Predomínio da clínica individual	Integração entre clínica, comunidade e território
Conhecimento produzido sobre a Amazônia	Conhecimento produzido desde a Amazônia
Currículo homogêneo	Currículo territorialmente situado

Fonte: Elaborado pelos autores, 2026

8.5 AGENDA CIENTÍFICA PARA A PSICOLOGIA AMAZÔNICA TERRITORIAL

Como proposta teórico-epistemológica emergente, a Psicologia Amazônica Territorial inaugura também uma agenda de pesquisa voltada ao desenvolvimento de novas categorias analíticas, instrumentos metodológicos e práticas profissionais. Entre as principais possibilidades destacam-se:

- desenvolvimento e validação do conceito de territorialização do sofrimento psíquico;
- estudos sobre territorialização do cuidado psicológico;
- pesquisas sobre saúde mental em comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas e extrativistas;
- desenvolvimento de instrumentos psicológicos sensíveis às territorialidades amazônicas;
- estudos sobre pertencimento territorial, identidade e saúde mental;
- avaliação de práticas psicológicas territorializadas na clínica, na escola e na atenção psicossocial;
- investigações sobre a formação de psicólogos para atuação em contextos amazônicos;
- construção de políticas públicas fundamentadas na Psicologia Amazônica Territorial.

Essas possibilidades demonstram que a proposta não se limita à formulação de um novo referencial teórico, mas inaugura um programa permanente de produção científica comprometido com as especificidades da Amazônia brasileira.

Tabela 5. Principais implicações da Psicologia Amazônica Territorial

Campo da Psicologia	Transformação proposta
Psicologia Clínica	Escuta territorializada e sofrimento psicossocial
Psicologia Escolar	Educação territorialmente situada e DUA amazônico
Saúde Mental	Territorialização do cuidado
Formação Profissional	Currículos territorializados
Pesquisa	Produção de conhecimento situado
Políticas Públicas	Planejamento psicossocial sensível às territorialidades

Fonte: Elaborado pelos autores, 2026

Os desdobramentos apresentados demonstram que a Psicologia Amazônica Territorial ultrapassa a proposição de uma nova categoria conceitual e configura-se como um programa científico voltado à renovação da Psicologia brasileira. Ao integrar territorialidade, colonialidade, coletividade, ancestralidade e resistência como fundamentos epistemológicos, a teoria oferece novos referenciais para compreender a subjetividade, orientar a pesquisa, qualificar a formação profissional e transformar as práticas psicológicas desenvolvidas nos territórios amazônicos.

Nesse sentido, a principal contribuição da Psicologia Amazônica Territorial consiste em afirmar que a Amazônia não representa apenas um espaço de aplicação da Psicologia, mas um território capaz de produzir conceitos, metodologias, práticas profissionais e categorias analíticas originais, ampliando criticamente os horizontes da Psicologia contemporânea e fortalecendo uma ciência comprometida com a diversidade dos modos de existir e produzir conhecimento.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como propósito propor os fundamentos epistemológicos da Psicologia Amazônica Territorial como uma perspectiva teórico-prática situada para compreender as subjetividades, as experiências de sofrimento psíquico e as formas coletivas de cuidado produzidas nas territorialidades amazônicas. Ao longo da discussão, argumentou-se que a Amazônia brasileira não deve mais ser compreendida apenas como um espaço periférico de aplicação de modelos psicológicos elaborados em contextos socioculturais distintos, mas como um território legítimo de produção conceitual, epistemológica e científica no campo da Psicologia.

A crítica à universalização dos referenciais psicológicos eurocêntricos evidenciou que os processos subjetivos não se desenvolvem de maneira abstrata ou descontextualizada. Ao contrário, são atravessados pelo território, pela raça, pela ancestralidade, pela colonialidade, pelas desigualdades sociais e pelas experiências coletivas de existência. Nesse sentido, a Psicologia Amazônica Territorial propõe um deslocamento epistemológico fundamental: compreender a subjetividade amazônica a partir das territorialidades amazônicas e reconhecer que as formas de sofrimento, resistência, pertencimento e cuidado produzidas na região possuem especificidades históricas e culturais próprias.

Ao articular contribuições da Psicologia Comunitária Latino-Americana, da Saúde Mental Coletiva, das Epistemologias do Sul e dos estudos decoloniais, a proposta apresentada questiona os limites individualizantes e universalizantes da Psicologia moderna. Mais do que incorporar temas regionais ao campo psicológico, a Psicologia Amazônica Territorial afirma a necessidade de construir categorias analíticas produzidas a partir das próprias experiências amazônicas, capazes de reconhecer a centralidade do território, da coletividade, da ancestralidade e das práticas culturais na constituição das subjetividades amazônicas.

O conceito de territorialização do sofrimento psíquico, desenvolvido ao longo deste estudo, demonstra que as experiências de sofrimento na Amazônia brasileira estão profundamente relacionadas às desigualdades territoriais, ao racismo estrutural, à precariedade das políticas públicas, à invisibilidade social e à persistência da colonialidade. Nessa perspectiva, o sofrimento psíquico deixa de ser interpretado exclusivamente como um fenômeno individual para ser compreendido como uma experiência territorialmente situada, produzida nas relações entre sujeito, território, história e estrutura social.

Da mesma forma, o reconhecimento das tecnologias coletivas de cuidado e das práticas afro-amazônicas de fortalecimento comunitário amplia os horizontes epistemológicos da própria Psicologia. Experiências como o Marabaixo, a tradição oral, os benzimentos, os rituais coletivos, as espiritualidades amazônicas e os saberes ancestrais revelam formas historicamente construídas de

elaboração do sofrimento, produção de pertencimento e sustentação da subjetividade diante das múltiplas formas de violência social presentes na região. Tais experiências não devem ser compreendidas como elementos periféricos ou folclóricos, mas como expressões legítimas de cuidado psicossocial e de resistência cultural.

A Psicologia Amazônica Territorial não pretende substituir integralmente os referenciais clássicos da Psicologia, nem estabelecer uma perspectiva regional isolada dos debates científicos contemporâneos. Sua proposta consiste em ampliar criticamente os horizontes epistemológicos da Psicologia brasileira, incorporando as territorialidades amazônicas como dimensões centrais da produção da subjetividade e do cuidado em saúde mental. Trata-se, portanto, da defesa de uma Psicologia comprometida com populações historicamente invisibilizadas pela colonialidade do saber e sensível às múltiplas formas de existência presentes na Amazônia brasileira.

Para além de suas implicações teóricas, a proposta aponta importantes desdobramentos para a Psicologia Clínica, a Saúde Mental Coletiva, a Psicologia Escolar e Educacional, a formação profissional e a pesquisa científica. A defesa de práticas psicológicas territorializadas e culturalmente situadas representa uma possibilidade concreta de fortalecimento de políticas públicas mais responsivas às realidades amazônicas e às formas coletivas de cuidado produzidas nos territórios da região.

Por fim, a Psicologia Amazônica Territorial deve ser compreendida menos como uma teoria acabada do que como uma agenda epistemológica, política e ética em permanente construção. Sua consolidação dependerá do fortalecimento de pesquisas futuras, da ampliação de redes acadêmicas comprometidas com perspectivas decoloniais e territoriais, da valorização dos sistemas tradicionais de conhecimento e da construção de práticas psicológicas comprometidas com a pluralidade das experiências amazônicas.

Ao afirmar a Amazônia como território produtor de subjetividades, saberes e formas próprias de cuidado coletivo, este estudo defende a possibilidade de construir uma Psicologia produzida desde a Amazônia, capaz de reconhecer o território, a ancestralidade, a coletividade e a resistência cultural como dimensões constitutivas da experiência humana. Mais do que propor uma nova categoria teórica, a Psicologia Amazônica Territorial representa a defesa de uma ciência psicológica comprometida com a vida, a memória, os povos amazônicos e a construção de outras possibilidades de existência e cuidado no Brasil contemporâneo.

REFERÊNCIAS

AMARANTE, Paulo. Saúde mental e atenção psicossocial. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.

BASAGLIA, Franco. A instituição negada: relato de um hospital psiquiátrico. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

BISPO DOS SANTOS, Antônio. A terra dá, a terra quer. São Paulo: Ubu Editora, 2023.

BISPO DOS SANTOS, Antônio. Colonização, quilombos: modos e significações. Brasília: INCTI/UnB, 2015.

BRUNER, Jerome. Atos de significação. Porto Alegre: Artmed, 1997.

COSTA, J. M. Territorialidades amazônicas e desigualdades socioambientais. Revista NERA, Presidente Prudente, v. 23, n. 52, p. 45-63, 2020.

DEMO, Pedro. Metodologia do conhecimento científico. São Paulo: Atlas, 2000.

FANON, Frantz. Os condenados da terra. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FANON, Frantz. Pele negra, máscaras brancas. Salvador: EDUFBA, 2008.

GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HAESBAERT, Rogério. O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016.

HAMPÂTÉ BÂ, Amadou. A tradição viva. In: KI-ZERBO, Joseph (org.). História geral da África I: metodologia e pré-história da África. 2. ed. Brasília: UNESCO, 2010. p. 167-212.

HARAWAY, Donna. Situated knowledges: the science question in feminism and the privilege of partial perspective. Feminist Studies, College Park, v. 14, n. 3, p. 575-599, 1988.

HOOK, Derek. A critical psychology of the postcolonial. Theory & Psychology, v. 15, n. 4, p. 475-503, 2005.

KRENAK, Ailton. Ideias para adiar o fim do mundo. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LANE, Silvia Tatiana Maurer. Psicologia social: o homem em movimento. São Paulo: Brasiliense, 1984.

LANGDON, Esther Jean. Os diálogos da antropologia com a saúde: contribuições para as políticas públicas. Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 19, n. 4, p. 1019-1029, 2014.

MARTÍN-BARÓ, Ignacio. Psicologia da libertação. Petrópolis: Vozes, 2017.

MASSEY, Doreen. Space, place and gender. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1994.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

MENEGHETTI, Francis Kanashiro. O que é um ensaio teórico? Revista de Administração Contemporânea, Curitiba, v. 15, n. 2, p. 320-332, 2011.

MONTERO, Maritza. Introducción a la psicología comunitaria: desarrollo, conceptos y procesos. Buenos Aires: Paidós, 2004.

NASCIMENTO, Abdias. O quilombismo. Petrópolis: Vozes, 1980.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónkẹ́. The invention of women: making an African sense of Western gender discourses. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1997.

PAES LOUREIRO, João de Jesus. Cultura amazônica: uma poética do imaginário. Belém: Cejup, 2015.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Geo-grafias: movimentos sociais, novas territorialidades e sustentabilidade. São Paulo: Contexto, 2001.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 107-130.

SANTOS, Boaventura de Sousa. A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez, 2000.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (org.). Epistemologias do Sul. São Paulo: Cortez, 2010. p. 31-83.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2006.

SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. 28. ed. Rio de Janeiro: Record, 2019.

SMITH, Linda Tuhiwai. Decolonizing methodologies: research and Indigenous peoples. 3. ed. London: Zed Books, 2018.

SOARES, Cláudio Afonso. Psicologia Amazônica Territorial: fundamentos epistemológicos para uma Psicologia situada na Amazônia brasileira. Manuscrito em preparação, 2026.

SODRÉ, Muniz. Pensar nagô. Petrópolis: Vozes, 2017.

TUAN, Yi-Fu. Space and place: the perspective of experience. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1977.

VYGOTSKY, Lev Semionovich. A formação social da mente. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

WALSH, Catherine. Interculturalidad, Estado, sociedad: luchas (de)coloniales de nuestra época. Quito: Universidad Andina Simón Bolívar, 2009.

WIREDU, Kwasi. Toward decolonizing African philosophy and religion. African Studies Quarterly, Gainesville, v. 1, n. 4, p. 17-46, 1998.

YASUI, Silvio. Rupturas e encontros: desafios da Reforma Psiquiátrica Brasileira. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2010.